

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Izabel Goulart

**CONSTRUINDO CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: os
desafios da formação política na EJA**

Porto Alegre

2. Semestre

2017

Izabel Goulart

**CONSTRUINDO CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: os
desafios da formação política na EJA**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profº. Dr. Jaime Zikotski

Porto Alegre

2. Semestre

2017

Izabel Goulart

**CONSTRUINDO CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: os
desafios da formação política na EJA**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

Prof. Dr^o. Jaime José Zitkoski - Orientador (DEBAS-UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Maria Elly Herz Genro (DEBAS-UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Maria Goreti Farias Machado (DEE-UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha família, nas pessoas de Gabriele Goulart Barroso e Isabele Goulart Barroso, por estarem sempre comigo e me apoiarem em todas as minhas decisões. Gratidão a vocês, minhas filhas. Agradeço às minhas colegas que se tornaram minhas amigas: Luisa Both, Mariele Grösz, Amanda Meggiato e Bárbara de Souza. Gratidão, meninas.

Agradeço aos meus professores por contribuírem grandemente na minha formação, tanto na docente quanto na pessoal. Agradeço de forma especial ao meu orientador, Prof^o. Dr^o. Jaime José Zitkoski, por todos os ensinamentos.

Agradeço às Professoras Dr^a. Maria Elly Hersz Genro e Dr^a. Maria Goreti Farias Machado por terem aceitado fazer parte da banca de avaliação. É uma honra tê-las na banca do meu trabalho de conclusão.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial, à Faced - Faculdade de Educação - corpo docente e funcionários, por terem me proporcionado, durante o curso, momentos inesquecíveis e incomparáveis. Minha eterna gratidão.

Educar é educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o papel da escola na formação política dos educandos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) enquanto sujeitos de direito. Para isso, buscou-se evidenciar o processo de formação da Escola Cidadã de Porto Alegre, destacando a formação do cidadão. Paulo Freire foi escolhido o autor principal das reflexões teóricas. A análise está centrada no que diz a Proposta Político Pedagógica (a qual consta no caderno pedagógico nº9 - um dos documentos que regem as escolas do município de Porto Alegre), livros e dissertações que versam sobre a formação da cidadania nos espaços escolares, bem como as obras que relatam como se deu a formação da Escola Cidadã. Constatou-se que a Proposta Político Pedagógica das escolas municipais de Porto Alegre dispõe de condições políticas para formar cidadãos conscientes. Entretanto, a pesquisa demonstrou que a proposta educacional mencionada está sendo desconstruída pelo governo vigente. A pesquisa consiste em um trabalho puramente bibliográfico e documental, sem análise de pesquisa de campo.

Palavras-chave: **Política e Educação. Cidadania. Educação de Jovens e Adultos.**

ABSTRACT

The present work aims to investigate the role of the school in the political formation of EJA (Youth and Adult Education) students as legal subjects. For this purpose, we sought to highlight the process of formation of the Citizen School of Porto Alegre, highlighting the formation of the citizen. Paulo Freire was chosen the main author of the theoretical reflections. The analysis is centered on what the Political Pedagogical Proposal says (which appears in pedagogical book nº9 - one of the documents that govern the schools of the city of Porto Alegre), and also source books and dissertations that deal with the formation of citizenship in the school spaces, as well as the works that report how the formation of the Citizen School took place. It was verified that the Political Pedagogical Proposal of the public city schools of Porto Alegre that was in force until the previous management has the political conditions to form critical and participative citizens. However, the research has shown that the aforementioned educational proposal is being deconstructed by the current government. The research consists of a purely bibliographical and documentary work, without the analysis of field research.

Key-words: Policies and Education. Citizenship. Young and Adult Education.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
2 DO ENTENDIMENTO DE SER SUJEITO DE DIREITO	12
2.1 SURGIMENTO DA CIDADANIA.....	12
2.2 O CONCEITO DE CIDADANIA.....	13
2.3 PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA CIDADÃ.....	14
3 ESCOLA CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NOS EDUCANDOS	17
3.1 ESCOLA CIDADÃ E A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	18
3.2 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	19
3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA CIDADÃ	19
4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR	23
4.1 A POLITICIDADE DO ATO DE EDUCAR NA EJA	25
4.2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESCOLA CIDADÃ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	26
5 FORMAÇÃO POLÍTICA NA EJA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA CIDADÃ	29
5.1 FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA ESCOLA CIDADÃ	30
5.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO ATUAL DE PORTO ALEGRE	31
6 FORMAÇÃO POLÍTICA NA EJA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	34
6.1 FORMAÇÃO PARA DOCÊNCIA SEGUNDO PAULO FREIRE	35
6.2 DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES CRÍTICO-REFLEXIVOS EM FREIRE.....	37
6.3 OS DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA CRÍTICA-REFLEXIVA.....	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, convido o leitor a enxergar a docência pelo meu olhar. Um olhar que admira, valoriza e compreende que se ensina e que se aprende em todos os momentos, e que, por isso, entende a educação como um ato político, democrático e de direito. Dessa forma, enxergo a educação para além dos espaços escolares, para além da transmissão do conhecimento, enxergo a educação na perspectiva Freireana.

Durante o meu percurso acadêmico tive o privilégio de desbravar o pensamento Freireano. Entretanto, foi no período do estágio obrigatório que me aprofundei nos componentes de Paulo Freire acerca da educação como um ato político. Trata-se de pensar a educação num sentido mais amplo, reconhecendo os saberes dos educandos, através do diálogo e do pensamento crítico, construindo novos conhecimentos acerca da realidade dos mesmos. Freire (1992) sinaliza: “[...]a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. “Toda educação é um ato político”.

Logo no início do estágio, que foi realizado numa turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos), percebi, ao trabalhar os direitos humanos, que os educandos não se viam como sujeitos de direitos, mas sim, apenas sujeitos de deveres, e, até então, era desconhecido para eles o conteúdo que está previsto na Constituição Federal de 1988, garantindo seus direitos. De acordo com a CF/88, Art. 6:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015).

Este fato deixou-me profundamente intrigada, passei a me questionar sobre o papel da escola na formação da cidadania nos sujeitos. Assim, percebi que seria de suma importância me aprofundar nessas questões. O quanto é imprescindível a educação e o reconhecer-se não apenas como educandos, mas sim como sujeitos, cidadãos em formação.

Para Freire (2001) a educação é um ato político, indissociável da prática educativa, no qual o educador exerce um papel significativo. Diante disso, não posso pensar a educação com parcimônia; ao contrário, penso que ela exerce um papel

fundamental na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Segundo o autor:

Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a positividade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem prático. (FREIRE, 2001, p. 25).

Neste excerto, Freire me leva a refletir, como professora iniciante, o quanto a política faz parte da sociedade, da educação de nossos educandos, e o quanto a educação permeia o cenário político em nossos cotidianos. Dessa forma, com a premissa de investigar e compreender mais sobre os desafios da escola cidadã em formar educandos, conscientes de seus direitos e deveres – sobretudo, educandos da EJA – me vi desafiada pela questão que permeou minhas reflexões no período do estágio: Qual o papel da escola na formação política dos educandos da EJA enquanto sujeitos de direito? Tal questionamento é justificado a partir dos relatos dos educandos quando questionados a respeito do que é ser cidadão? O que implica ter direitos e não só deveres?

Na visão dos educandos, jovens e adultos, em sua maioria, trabalhadores, cidadão é o “sujeito que tem deveres”. Estes conheciam de maneira superficial as conquistas sociais que historicamente deram origem às políticas públicas voltadas para igualdade social, para uma educação democrática e plural que incluía o outro e que promovia a cidadania de forma sistematizada em seus educandos. A partir dessas discussões as aulas foram planejadas com o objetivo de levá-los a compreensão do que é ser cidadão.

Ao tratar o tema dos direitos sociais, obrigatoriamente chegamos na educação popular. Com o propósito de me aprofundar nas discussões sobre a Escola Cidadã, mais precisamente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, discutirei ao decorrer desta pesquisa como se posicionam os autores selecionados, em especial Paulo Freire e Jaime Zitzoski, no que dizem a respeito da formação deste público.

No Caderno Pedagógico nº 9 (Proposta Político-Pedagógica da Escola Cidadã), como é conhecido, a escola cidadã tem como um de seus objetivos a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Dessa forma, meu objetivo geral foi investigar as possibilidades que a escola tem de contribuir para a formação de sujeitos conscientes de sua cidadania. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental com breve análise de conteúdo. Para o desdobramento desta pesquisa, será feita uma articulação teórica e histórica, aliando as obras de Freire, bem como Azevedo e Zitkoski, entre outros, vinculando suas produções ao tema de interesse. Analisarei o que dizem estes autores sobre Cidadania e de que forma a escola pode contribuir para esta formação. Segundo Sasso de Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se procedimento metodológico no contexto da construção do conhecimento científico, e o referido procedimento servirá para apresentar, delimitar e caracterizar o objeto de estudo deste trabalho.

O presente trabalho busca pontuar como se desenvolveu o processo de democratização do ensino público em Porto Alegre; refletir sobre os meios pelos quais a escola se utiliza para desenvolver a cidadania com os educandos; a concepção de cidadania nos documentos estabelecidos a priori, e contribuir com o debate acerca da escola que forma cidadãos.

Problematizarei a implementação da Escola Cidadã na cidade de Porto Alegre, descreverei como ela foi pensada, quais os métodos que ela se utiliza para formar cidadãos conscientes. Abordarei o desmonte da escola que forma cidadãos, no momento atual, quais as implicações deste desmonte para a educação cidadã. Discutirei as possibilidades atuais para a formação de docentes crítico-reflexivos, e de que forma o contexto atual da Escola Cidadã implica no fazer pedagógico.

2 DO ENTENDIMENTO DE SER SUJEITO DE DIREITO

Desde muito cedo ouvimos falar em cidadania, na medida em que crescemos e ingressamos na escola a palavra cidadão vai gradativamente fazendo parte do nosso vocabulário. Entretanto, a escola distancia-se do conceito de cidadão, e este é visto apenas parcialmente, pinceladas de o que é ser cidadão nos fazem vislumbrar um cenário de possíveis transformações. Ao nos tornarmos maiores de idade – 18 anos, no Brasil (Código Civil vigente) - nos conscientizamos como sujeitos de deveres e de direitos, a sociedade passa a nos ver como sujeitos absolutamente capazes. Nos subcapítulos que seguem apresentarei o conceito de cidadania, como este surgiu e o que diz a Constituição Brasileira sobre o conceito. Além disso, para ampliar e acrescentar ao debate abordarei o que diz a Proposta Político-Pedagógica da Escola Cidadã de Porto Alegre, sobre cidadania.

2.1 SURGIMENTO DA CIDADANIA

Na Grécia antiga, cidadãos eram os indivíduos iguais perante as leis e a cidadania era fundamentada nos direitos políticos. Contudo, nem todos os sujeitos poderiam ser de fato cidadãos. Desse grupo eram excluídos; mulheres, crianças, idosos, escravos, comerciantes e artesãos, isto é, uma parcela significativa da população. O cidadão grego era um sujeito politicamente ativo, para eles a educação deveria instruir as crianças que seriam os futuros cidadãos.

A partir da sociedade moderna, Marshall (1967) em sua obra, analisa a cidadania por meio de uma decomposição em três elementos: o elemento civil, o qual está relacionado aos direitos individuais, liberdades de pensamento e crença, de expressão e direitos a propriedade e a jurisdicional; o elemento político, meio pelo qual o cidadão participaria das escolhas de seus governantes através do voto, e o elemento social, que está relacionado aos direitos sociais (direito à saúde e direitos previdenciários garantidos aos indivíduos e à sociedade).

Durante a primeira república (1888 - 1891) iniciou-se a busca pela cidadania que ao longo dos anos, que antecedem esse período, foi suspensa e caçada. Neste período apenas os homens votavam, o voto do analfabeto era interditado, a classe média dominava e controlava o voto da comunidade rural, fato que ocorreu até

meados da década de vinte. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 tem como um dos seus fundamentos a cidadania. De acordo com a CF/88, art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

De acordo com o caput deste artigo todos os brasileiros têm direitos iguais, ou seja, a condição de nascer ou residir no país já é o bastante para que os sujeitos sejam reconhecidos perante as leis brasileiras.

2.2 O CONCEITO DE CIDADANIA

Para me aprofundar no conceito de cidadão me aproximo de Freire (2001) para compreender sua perspectiva, no que refere-se a formação de cidadãos. Esta, que segundo o autor, está intimamente ligada a prática pedagógica. Freire, Patrono da Educação no Brasil, é considerado um dos maiores pensadores da educação, sendo reconhecido mundialmente. São suas palavras:

[...] se faz necessário, neste exercício, lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado em que Cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão. (FREIRE, 2001, p.25).

Ter deveres implica ter direitos, ou seja, até mesmo para ter deveres, precisamos ter direitos. Tomo como exemplo o dever de votar. Na faixa etária entre 18 e 70 anos é obrigatório o voto no Brasil, todavia este dever é um direito. Direito este que foi conquistado por meio de constantes mobilizações da sociedade brasileira. O acesso à educação pública por meio da inclusão das classes populares fez com que surgissem reflexões acerca do modelo organizacional e pedagógico até então utilizado pelos governos. Assim, a cidadania vem ganhando destaque nas escolas, pois quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões (CURY, 2002). O autor traz também a relevância da questão da educação básica relacionada à cidadania e, conseqüentemente, relacionada a democracia:

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional. (CURY, 2002, p. 246).

Através desses apontamentos, é possível perceber a importância da esfera cultural e política dos movimentos sociais na luta por uma educação democrática e de qualidade. Para isso, em Porto Alegre, foi criada, a partir de iniciativas políticas da administração popular e dos movimentos sociais, uma Proposta Político Pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação do município.

2.3 PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA CIDADÃ

De acordo com a Proposta Político-Pedagógica da Escola Cidadã adotada pela SMED (Secretaria Municipal de Educação), o currículo que a escola construiu contempla alguns temas que normalmente são excluídos do cotidiano das demais escolas, esses temas estão descritos nos cadernos pedagógicos da Secretaria Municipal de Porto Alegre, são eles:

(...) criticidade, criatividade, curiosidade, conflito, contradições da realidade, problematização, a construção e a provisoriade do conhecimento, a avaliação emancipatória, a distribuição democrática e solidária do tempo na escola, a gestão coletiva da vida escolar (...). (SMED, CADERNOS PEDAGÓGICOS, nº 9, 1998, p.9).

O documento da SMED acrescenta ainda a ideia de que o currículo “procura responder a algumas perguntas fundamentais: o que ensinar, como ensinar e da mesma forma, quando e como avaliar, explicitando que futuro queremos construir.” Destaca-se ainda três importantes eixos: planejar, ensinar e avaliar. O Ensino Fundamental na Rede Municipal pressupõe uma visão de currículo processual com destaque na ação-reflexão-ação, contribuindo de forma mais efetiva com o desenvolvimento dos educandos e, para que isso ocorra, as escolas pertencentes a essa rede utilizam os Ciclos de Formação.

Os Ciclos de Formação são divididos em três e cada um deles possui uma duração de três anos ampliando a escolaridade obrigatória para nove anos. Uma das principais contribuições dos Ciclos de Formação é o respeito com o ritmo, com o tempo e com as experiências de cada educando, facilitando, assim, a organização

da escola no que se refere ao coletivo e a interdisciplinaridade. De acordo com essa concepção, a escola é um espaço destinado à socialização do saber sistematizado, não só o saber científico, mas “o saber de experiência feito”, (FREIRE, 2006). Na escola cidadã, o fundamental é a participação da comunidade e da sociedade na construção e desenvolvimento do PPP (Proposta Político-Pedagógico) como objeto de investigação. O PPP utilizado pelas escolas do município de Porto Alegre, destaca que:

É fundamental, também, que os representantes da comunidade estejam presentes na escola discutindo, elaborando e decidindo sobre o trabalho, o que permite aos pais, funcionários, educadores se apropriarem coletivamente do conjunto de experiência educacional como forma de construção da qualidade de ensino e da democracia escolar, estabelecendo uma relação dialógica entre aquilo que o educando e pais trazem em sua bagagem e a práxis dos profissionais da educação. (SMED, Cadernos Pedagógicos nº 9, 1998, p. 34).

A educação popular rompeu com a chamada “escola formal”, Azevedo (167). Desse modo, abriu espaço para práticas democráticas, e cumpre uma importante função junto aos educandos, às comunidades e, conseqüentemente, à sociedade. Ao definir a Escola Cidadã, Freire, citado por Azevedo, destaca a relevância deste espaço democrático na formação da cidadania nos sujeitos. São palavras suas:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma Escola Cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, A Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade é uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE apud AZEVEDO, 2000, p.167).

Neste sentido, a Escola Cidadã, sendo democrática, convida o educando a fazer parte da comunidade escolar, das tomadas de decisões, despertando no educando o interesse, não somente nos espaços escolares, mas na sociedade como um todo. Nesta seção apresentei como surgiu o conceito de cidadão, quais os segmentos da sociedade eram considerados cidadãos, o que sinaliza a legislação

Brasileira sobre ser cidadão, demonstrei o que é uma Escola Cidadã e o que diz o Projeto Político-Pedagógico da cidade de Porto Alegre, sobre o assunto. Na próxima seção será explanado os elementos utilizados na elaboração da Escola Cidadã, os quais são disparadores na construção da cidadania nos educandos.

3 ESCOLA CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NOS EDUCANDOS

A escola cidadã é fruto de uma política voltada para a prática da participação dos sujeitos nas políticas públicas. As comunidades são chamadas a participarem do diálogo, da construção, da execução e da supervisão das políticas que serão implementadas. Neste processo há uma efetiva prática do exercício da cidadania, o poder público dá voz aos sujeitos que historicamente foram excluídos das decisões dos seus governantes.

A escola cidadã na experiência de Porto Alegre (gestão de 1994 à 2003) é o resultado de discussões do conjunto de escolas da rede municipal de Porto Alegre que resultou no Congresso Constituinte Escolar/95 (SMED. Cadernos Pedagógicos nº 9, 1998). O regimento prevê nove princípios pedagógicos, nos quais a educação popular é o objeto principal. De acordo com o Proposta Político Pedagógica (SMED, CADERNOS PEDAGÓGICOS, nº 9,1998), a escola é vista como um espaço democrático, voltado para as classes populares que, “[...] têm sido historicamente excluídas dos bens produzidos pela sociedade como um todo”.

Neste sentido, Azevedo (2000) contribui para a reflexão ao referir-se que a conquista da cidadania está para além do campo jurídico e que é incompatível com a exclusão social. São suas palavras:

O cidadão é aquele que exerce o direito de acesso ao produto material, cultural, aos valores e representações simbólicas historicamente reconhecidos como patrimônio social. A experiência que vivemos em Porto Alegre é uma dimensão importante, uma referência de prática concreta da construção de um governo democrático participativo e que, dialeticamente, conquista e constrói novos espaços de aprendizado da cidadania. (AZEVEDO, 2000, p.61).

Nesta perspectiva, Freire (1967) contribui ao debate ao assinalar que a cidadania não se limita somente ao aspecto civil, político e social. Para o autor a educação crítica é uma questão determinante para que o sujeito seja autor das construções sociais da sua época, uma vez que a cidadania é um processo histórico construído a partir de lutas. São palavras suas:

[...] para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar ao invés de ser levado e arrastado a perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusse a

constantes revisões. À análise de seus achados. À uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com os métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 99).

Ao escrever sobre educação popular voltada para a construção da cidadania, torna-se indispensável ao debate abordar acerca da Educação de Jovens e Adultos. São estes, uma parcela considerável de sujeitos que buscam a alfabetização e a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, eles voltam às escolas com a esperança de conseguirem melhor colocação no mercado de trabalho, os sujeitos que buscam a EJA são, por vezes, postos a margem da sociedade. O papel que a escola cidadã desempenha na formação desses sujeitos é fundamental para desenvolver uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática. Assim, é fundamental um fazer pedagógico comprometido com a formação integral dos sujeitos para que estes possam conscientemente produzir e transformar suas realidades.

3.1 ESCOLA CIDADÃ E A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

A caminhada democrática popular que deu origem a escola cidadã teve seu início em 1989. Na época, a administração popular governava a cidade de Porto Alegre. Entre as políticas adotadas pela administração pública mencionada, estava o orçamento participativo. Nele, a população discutia e elaborava o Plano de Investimentos que seriam realizados na cidade. Trata-se de uma política de administração que resgatou valores humanitários e igualitários, assim como, éticos e solidários, que historicamente foram acumulados pelos povos na luta por liberdade e dignificação da vida.

O Caderno Pedagógico nº 9 da SMED descreve a concepção de conhecimento como um processo, um desejo de saber e de compartilhar os saberes que é, portanto, inerente ao ser humano. Tal conhecimento é:

[...] histórico, incessante, de busca de compreensão, de organização, de transformação de mundo vivido e sempre provisório, tem origem na prática do homem e nos processos de transformação da natureza. É também, uma ação humana atrelada ao desejo de saber. Só o homem, por ser pensante, pode ser sujeito: somente ele pode desejar a mudança, porque só a ele lhe falta a plenitude." (SMED, cadernos pedagógicos, nº 9. p. 32).

A busca pelo novo, pelas descobertas, a nossa inquietude, é o que nos torna singulares, é o que, sem dúvidas, nos possibilita a construção do conhecimento. Neste sentido, Freire (2001) complementa com suas palavras: “[...] nos tornamos capazes de dizer o mundo, na medida em que o transformávamos, em que o reinventávamos, que terminamos por nos tornar ensinantes e aprendizes.”.

3.2 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Até 1985 a rede de escolas de Porto Alegre era pequena, pois um convênio firmado em 1949 determinava que o município construísse as escolas e repassasse-as para o Estado, o qual ficaria encarregado de assumi-las. Em 1986, o convênio foi revogado e iniciou-se a expansão da rede. Foram iniciadas medidas como: parcerias entre o poder público, Conselhos Tutelares e Ministério Público, com a finalidade de auxiliar na busca da identificação de crianças e adolescentes com idades entre 7 e 14 anos e que estavam fora das escolas. Tais medidas foram necessárias a fim de garantir o ingresso e a permanência dessas crianças e adolescentes nas escolas. Neste sentido, as orientações para o controle de frequência são expressas nas FICAI (Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente).

No que diz respeito às ações adotadas pela administração popular, Azevedo (2000) descreve que foi estruturada uma rede de atendimento, que envolve saúde e assistência social; essas ações são divulgadas, bem como discutidas nas comunidades, o que contribui para a formação de uma consciência e de compromisso com as políticas que pretendem garantir a escola para todos. Nesta perspectiva, existe a participação intensa da comunidade nas tomadas de decisões fundamentais do governo, que, ao convidar os cidadãos para definir onde investir o orçamento, dá voz aos sujeitos.

3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA CIDADÃ

A administração popular propôs o que Azevedo (2000) chamou de “a radicalização da democratização na cidade”, sinalizando que anteriormente à administração popular “(...) a eleição de diretores para as escolas era marcada pela restrição à participação e à decisão dos usuários das escolas.” De fato, um governo que chama a sociedade a participar intensamente nas tomadas de decisões da

administração municipal, é, certamente, um governo democrático, um governo que busca a participação dos cidadãos, tornando-os parte essencial das conquistas sociais. A partir deste movimento, a escola e seus gestores seguem, também, rumo a democratização. Quanto a isto, Azevedo (2000) destaca: “A escola cumpre um importante papel na educação para a democracia e para a cidadania.”

A gestão democrática está relacionada ao envolvimento da comunidade, cuja participação se realiza por meio das instâncias colegiadas, que começam a ganhar força a partir da década de 80. As instâncias colegiadas são decisões administrativas, financeiras e pedagógicas. Gestão democrática, segundo Souza, é:

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (SOUZA, 2009, p. 125).

Realmente, ao pensarmos na democracia como a participação dos sujeitos, tendo como princípio o diálogo e a construção de saberes, estamos agindo em conjunto para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária. Reforçando a relação entre concepção democrática e sociedade, o autor Carlos Roberto Jamil Cury acrescenta a ideia de que:

Todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais. (CURY, 2006, p. 247).

Segundo Azevedo (2000), atualmente, as escolas municipais recebem um repasse trimestral de verbas, o que possibilita que estas gerenciem seus recursos de acordo com as suas prioridades e necessidades, estas, que, por sua vez, são definidas por meio de seus representantes no conselho escolar, seguindo as orientações da mantenedora a - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre - SMED. Dessa forma, as escolas têm autonomia para gerenciar o seu orçamento, o que agiliza na manutenção das mesmas.

Uma das questões mais relevantes no que diz respeito ao gerenciamento das Escolas Cidadãs, é a eleição para a diretoria e para o conselho escolar. Ambos são eleitos com a participação ativa da comunidade. Há uma integração escola-

comunidade na qual a sociedade é beneficiada e o espaço escolar toma formas e contornos democráticos. Azevedo acrescenta que:

A tarefa principal da Escola Cidadã, hoje, é envolver um número cada vez maior de pessoas comprometidas com os novos paradigmas da educação da cidade, fortalecendo a cultura da participação e da não exclusão, consolidando a democratização da gestão e garantindo a aprendizagem para todos. (AZEVEDO, 2000, p. 75).

Em 1993 iniciou-se a implantação do Conselho Escolar, após amplo debate entre as escolas, a respeito. O Conselho exerce um papel importante dentro da gestão das escolas, possui função deliberativa nas questões financeiras, administrativas e pedagógicas, sendo assim, o órgão máximo das escolas. O processo de eleição na Escola Cidadã gera inúmeros benefícios para as comunidades, dentre eles cito: a escolha do Diretor e opinar junto ao Conselho Escolar em quais prioridades as verbas serão aplicadas. Em algumas comunidades escolares o diretor da escola é um dos executivos e a capacitação dos conselheiros é realizada pela SMED, com a finalidade de qualificá-los na atuação junto ao conselho:

A SMED investe na capacitação dos conselheiros eleitos, principalmente os não docentes, visando qualificá-los na representação de seu segmento junto ao Conselho. São realizados encontros de Conselhos Escolares, pelo menos uma vez por ano (...). Os encontros são também momentos importantes em que aparecem as convergências e os interesses contraditórios existentes entre os segmentos. O Encontro Municipal é sempre precedido de discussões nas escolas entre o conselheiro e o seu segmento, e dos encontros regionais, última fase de preparação do Encontro Municipal. Em geral, a pauta dos encontros passa pela socialização de experiências, quando são discutidas propostas que visam o fortalecimento da democracia na Rede, a ampliação das políticas de não exclusão, bem como a definição de diretrizes para a atuação dos Conselhos, tendo sempre como referência a democratização da gestão (AZEVEDO, 2011, p. 73).

Assim, é importante ressaltar a importância da participação das instituições comunitárias, educandos, pais, funcionários e professores comprometidos com o acesso e a permanência dos educandos, bem como com a qualidade da educação. A gestão aqui referida, mostra-se efetivamente democrática, pensada a partir das inquietações dos sujeitos integrantes das comunidades escolares. Na próxima seção me aprofundarei na Educação de Jovens e Adultos vista sobre a ótica da Educação

Popular, bem como abordarei alguns aspectos relacionados aos movimentos sociais e EJA e, embasada em Freire, discutirei acerca da politicidade da educação.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular tem como principal intencionalidade a luta pela adoção de uma “postura ética em favor de uma sociedade mais justa, igualitária e, por isso mesmo, humanizada social e culturalmente” (ZITKOSKI apud HOFF, 2011, p.73).

O modelo predominante da Educação Popular nas décadas de 70 e 80 do século XX foi, como cita Gohn (2013, p. 33) “[...] um conjunto de ideias políticas, filosóficas e pedagógicas” e nasceu com os movimentos de Educação de base e cultura popular ao término dos anos 50 e início dos anos 60, apresentando um crescimento nos anos de 1970 e 1980 no interior da resistência popular. Paulo Freire é a síntese deste modelo, seu método representa um dos mais importantes da educação. Ao surgir, significou uma possibilidade emancipatória e progressista frente aos programas predominantes da época.

A obra de Freire com sua abordagem da realidade possui um caráter multidisciplinar que abrange diversos aspectos, entre eles destaca-se “o educador-político”. O autor, nesta obra, propõe uma educação que liberte e conscientize, “[...] voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação deles próprios e do meio social onde vivem.” (GOHN, 2013, p. 34). O método, a princípio, centrou-se no tema da consciência com a intencionalidade de desenvolver uma consciência crítica. Com o passar do tempo, os temas de trabalho e organização ganharam destaque. De início, o método foi utilizado nos programas de alfabetização de Jovens e Adultos na zona rural do Nordeste do Brasil, expandindo-se nacionalmente, e posteriormente, ganhando amplitudes mundiais. De acordo com Gohn (2013), o método constitui-se em três fases:

[...] o método consistia em três momentos básicos: a investigação temática (busca de palavras e temas-chave no universo vocabular do(s) aluno(s) e da sociedade onde vive(m), a tematização (a codificação/decodificação desses temas/palavras e seu significado social) e a problematização (busca de superação das primeiras impressões por uma visão crítica). (GOHN, 2013, p. 34)

A base do método de Freire, desde a sua origem, é o diálogo, no qual é destacado a evolução comunicativa. “Para Freire, o diálogo consiste em uma relação horizontal, e não vertical entre as pessoas implicadas.” (GADOTTI, apud GOHN, 2013, p.34). Deste modo, pensar a Educação de Jovens e Adultos a partir da

perspectiva Freireana, requer conhecer esses sujeitos, entender e valorizar o protagonismo de suas histórias, de seus saberes, de seus cotidianos, bem como de seu mundo, e, assim, conduzi-los a uma reflexão crítica de não apenas estar no mundo, mas de fazer parte dele. De acordo com Zitkoski:

Buscar a razão de ser da realidade é buscar o logos, a compreensão crítica, o desenvolvimento do que seja o mais verdadeiro na compreensão dos processos históricos-sociais que produzem a realidade. Para tanto, educadores e educandos precisam começar pela pergunta do porquê dos fatos que o cercam, o porquê da vida que levam, de seu cotidiano social, enfim, das realidades que constituem suas vidas. Da mesma forma, precisam perguntar-se sobre o “para que?” da educação, para quem? contra quem? a favor de quem? e a favor de que? É no exercício da criticidade que a educação popular realiza com vigor o processo gnosiológico, que faz parte da especificidade de todo e qualquer projeto educativo (ZITKOSKI, 2011, p. 17).

Neste sentido, se faz necessário que o educador popular enxergue o educando como sujeito em construção, “[...] a conscientização não significa um ato mecânico, (...), de tomada de consciência da realidade. Ela é um processo construído por momentos onde se caminha do nível espontâneo e ingênuo, [...], para uma tomada de consciência.” (GOHN, 2013, p. 35). Assim, é fundamental uma prática pedagógica que contemple as especificidades, a partir da realidade dos educandos da EJA, ajudando-os a refletir sobre a importância de seu papel, como cidadãos, na sociedade. Para Zitkoski:

[...] a Educação Popular se diferencia de práticas educativas tradicionais. Ela é, primeiramente, crítica à educação bancária/tradicional (Freire, 1993), pois esta oprime, aliena e não educa o ser humano para o exercício da liberdade e emancipação social. (ZITKOSKI, 2011, p. 15).

Freire (2001, p. 29) em seu livro “Política e Educação” ao referir-se sobre a sintaxe “à estrutura do pensamento popular” expõe a necessidade que o educador popular precisa ter em ambientar-se com ela, sem, contudo, negar a sua, para se reconhecer com ela. O autor afirma que: “Não se trata de que o educador passe a dizer “a gente cheguemos”. Trata-se do respeito e da compreensão a e por uma linguagem diferente.” (FREIRE, 2001, p. 29). A sociedade que almejamos, mais justa, igualitária, livre de preconceitos, com oportunidades e educação de qualidade para todos, é possível por meio da educação e esta, segundo Zitkoski (2011 p. 19) pode “[...] desencadear um processo de libertação do povo.”

4.1 A POLITICIDADE DO ATO DE EDUCAR NA EJA

Embora as trajetórias de vida dos sujeitos sejam permeadas de aprendizagens ao longo de suas vidas, é na escola onde eles experimentam outros saberes, outros conhecimentos. É neste espaço que os educandos vivenciam aprendizagens significativas, ampliam sua visão de mundo, constroem conhecimento e se desenvolvem como humanos. Freire (2001) sustenta que o ato de educar não pode ser neutro, ao contrário, o professor ao testemunhar aos educandos como pensa, respeitando suas divergências, estará sendo verdadeiramente democrático.

Falamos em ética e em postura substantivamente democrática porque, não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém. (FREIRE, 2001, p. 21).

De acordo com o autor, se a educação fosse neutra, não existiria uma relação democrática, de troca de saberes entre educador e educando. Mediante uma relação não democrática, e sim autoritária, as relações de poder passariam a ser fomentadas dentro do espaço escolar; esta relação vai de encontro como que é proposto pela Escola Cidadã. Quanto a questão da formação de professores, Cunha (2012) argumenta sobre a qualificação dos docentes para viabilizar temas como os direitos humanos nas escolas. A autora ressalta:

A experiência na formação de professores tem apresentado inúmeras questões sobre a compreensão que os docentes têm da escola no que diz respeito a ela como um espaço de promoção dos direitos humanos e percebemos que esta discussão se faz necessária quando pretendemos discutir sobre os “sujeitos da EJA”. (CUNHA, 2012, p.111).

Cabe ao educador popular estar atento às questões que permeiam a educação emancipatória, democrática, que garanta a permanência de seus educandos nas escolas oportunizando que os sujeitos se constituam como cidadãos. Segundo Freire (2001, p. 27): “[...] a intervenção do educador [...]. Se dá na relação que estabelece com os educandos no contexto maior, em que os educandos vivem sua cotidianidade na qual se cria um conhecimento de pura experiência feito.” Logo, se faz necessário que o educador tenha um olhar e escuta cuidadosos nas questões que envolvem o cotidiano dos educandos da EJA. As demandas de trabalho, família

e outras permeiam as relações do educando na escola. Ao tratar o tema, Fischer (2012, p. 117) enfatiza: “As vivências de trabalho estão encharcadas de valores, (...) Acolher tais vivências tem relação com sentimentos de pertença à escola; condição necessária, mesmo que não suficiente, para que o sujeito continue estudando.

Assim, cabe ressaltar que o educador, ao valorizar os conhecimentos prévios dos educandos, estará valorizando sua palavra. Freire nos alerta sobre não nos preocuparmos com os saberes que os sujeitos trazem consigo, antes, nos preocupamos com nossos esquemas “teóricos” previamente formados. O autor, ressalta também que: “Interessa-nos que conheçam o que conhecemos e da forma como conhecemos.” deixando de lado os saberes dos educandos, e que ao agirmos deste modo “(...) somos autoritários, elitistas e reacionários (...)” Freire (2001, p. 30).

4.2 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESCOLA CIDADÃ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos requer um olhar de empatia, tanto da escola e do seu corpo docente quanto dos legisladores e governantes. Estes educandos, trabalhadores em sua maioria, trazem consigo histórias de luta, de superação e força de vontade, aliados de seus cotidianos. São sujeitos curiosos que não se acomodam frente as dificuldades. Freire em sua obra intitulada “Pedagogia da Indignação” escreve acerca da curiosidade. Em uma de suas cartas-pedagógicas, ele a descreve como; “inquietação indagadora”, que pergunta, que procura esclarecer e que é “parte integrante do fenômeno vital, Freire (2000). Curiosidade esta, que é o combustível para nós, seres humanos incompletos, inacabados. Acerca de nosso inacabamento, o autor pontua:

Aqui chegamos ao ponto de que devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente.” (FREIRE, 1996, p. 50).

Os educandos ao chegarem na escola relatam suas vivências de trabalho cotidianas, isto se observa, nas conversas com os professores, e até mesmo nas conversas entre eles. Suas palavras narram as dificuldades pelas quais passam

para conciliar trabalho e escola. São narrativas de um cotidiano exaustivo, com jornada de trabalho que supera as previstas em lei – quarenta e quatro horas semanais, de acordo com o art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Torna-se necessário ao professor que os receba com um olhar acolhedor, um olhar sem julgamentos, um olhar que enxerga nesses educandos suas potencialidades, e que compreenda que é preciso harmonizar escola e trabalho. Segundo Fischer:

Estudantes da EJA que trabalham estão inseridos na escola, em processos de ensinar e aprender numa condição de trabalhadores estudantes, porque não deixam para trás o fato de serem trabalhadores. O trabalho com suas contingências de necessidade e liberdade, de prazer e sofrimento, de alienação e não alienação lhes confere uma identidade própria e um patrimônio de experiências e saberes e necessidades. [...] Muitas vezes não leva em conta que ele(a) necessita combinar horário de trabalho com horário de escola e de estudo que, em geral, não se beneficia da forma e do conteúdo dos currículos escolares por estes não serem construídos tendo como base suas características sócio-político-culturais. (FISCHER, 2012, p. 118).

Contudo, estes educandos enxergam na escola a possibilidade de mudança, de um futuro melhor para eles próprios e suas famílias. Neste contexto, a Escola Cidadã percebe seus educandos como sujeitos singulares e nos convida a uma compreensão do humano na sua totalidade. O currículo adotado pela Escola Cidadã permite que os educandos construam o conhecimento a partir da dialogicidade dos saberes populares e do saber científico. Conforme Azevedo (2011, p. 95) “O currículo é instrumento de compreensão de mundo e de transformação social; portanto, tudo o que se faz na escola, sistematizado ou não, é currículo e apresenta cunho político-pedagógico.” Para além da construção do conhecimento, a Educação Popular foi pensada a partir das lutas dos movimentos sociais. Assim sendo, ela busca a transformação por meio de uma educação que liberte, que permita inovar, conscientizar e emancipar a todos os educandos.

Nesta conjuntura, é oportuno tratar da questão da evasão escolar, a qual está presente independentemente da localidade da escola, atingindo em maior grau as camadas populares. Este fenômeno não atinge somente a EJA, mas sim todos os níveis escolares. Porém, vou me ater na Educação de Jovens e Adultos. Entre os principais fatores, deste segmento, está o trabalho. Entretanto este não é o único motivo. A questão da pertença ao ambiente escolar, a inadequação ao modelo

escolar, falta de apoio familiar ou até mesmo a questão financeira estão entre as justificativas da evasão como demonstrado na pesquisa realizada pela pesquisadora Petró (2015, p.116) no gráfico a seguir:

Motivos para interromper os estudos	%
Precisava trabalhar	24,06
Não tinha tempo	11,53
Não gostava de estudar	10,23
Teve filhos	9,94
Queria trabalhar	9,08
Foi reprovado/Possibilidade de reprovação	5,76
Não tinha recursos financeiros	5,48
Problemas de saúde - com você ou com familiares	4,9
Não foi incentivado pela família	4,9
Não gostava da escola	3,75
Não vê importância em ter estudo	1,44
Servir ao exército	1,44
Mudança	1,01
Falta de incentivo dos amigos	0,86
Casamento	0,43
Problemas pessoais	0,43
Preconceito	0,29
Outro	2,02
Não respondeu	2,45
Total	100

Fonte: PETRÓ, Vanessa. Porto Alegre, 2012.

A pesquisa problematiza o acesso e a permanência dos Jovens e Adultos na escola. No quadro é ilustrado os motivos pelos quais os educandos afastam-se da escola. Note que o motivo da evasão por conta do trabalho está em primeiro lugar, com 24% das respostas e, de forma geral, os motivos de evasão relacionados ao trabalho somam 33,14%. Há um paradoxo na análise deste quadro considerando que empregadores e sociedade discursam que “educação é tudo”, Fischer (2012, p. 118), pois estes, abstém-se de assegurar condições para os estudantes-trabalhadores exercerem seu direito de estudar. Na próxima seção tratarei acerca da concepção da Escola Cidadã, abordarei a questão do papel que o professor desempenha neste espaço democrático e quais os desafios que a Educação de Jovens e Adultos e a Escola Cidadã estão enfrentando atualmente.

5 FORMAÇÃO POLÍTICA NA EJA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA CIDADÃ

Quando se fala em “formação política” logo se pensa, em um sentido mais amplo, em como estão estruturados os partidos políticos; em como o cenário político atual leva a população a “descrer” em seus representantes. O desinteresse pela política começa logo cedo: ouvimos nossos familiares, vizinhos, amigos, comentando e/ou discutindo sobre as questões relacionadas a este conceito e que permeiam nosso cotidiano. Sem dúvidas a política está presente em todas as áreas, inclusive no espaço escolar. A Escola Cidadã foi constituída com o propósito de democratizar a educação, tornando-a uma educação de qualidade, comprometida com a transformação social, adotando uma pedagogia crítica que enxerga a prática pedagógica como um ato político. São palavras de Freire:

A curiosidade epistemológica não se deixa isentar da imaginação criadora no processo de desocultação da verdade. O ser humano é uma totalidade que recusa ser dicotomizada. É como uma inteireza que operamos o mundo enquanto cientistas ou artistas, enquanto presenças imaginativas, críticas ou ingênuas. É por isso também que a educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética. (FREIRE, 2001, p. 55).

Neste cenário o professor cumpre um papel de suma importância. Vivemos atualmente em uma sociedade onde se diz que a “educação é tudo”, todavia, a mesma sociedade omitiu historicamente o acesso ao conhecimento às classes populares. Contudo, Freire nos dá uma pista do que nós professores podemos fazer para contribuir na construção de uma sociedade mais igual. Segundo o autor: “A nós, educadores e educadoras [...], nos cabe ver o que podemos fazer para competentemente realizar.” (FREIRE, 2006, p. 30).

O autor nos dá a direção e chama os professores para assumirem seus postos nessa transformação: a transformação da sociedade que temos para a sociedade que queremos, e que, por isso mesmo, não podemos ser neutros. Para Freire (2006, p. 28), “A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática, não permitem que ela seja neutra, mas política sempre.”. Assim, nas subseções que seguem, serão abordados a formação dos educadores populares e também o contexto atual da Escola Cidadã.

5.1 FORMAÇÃO DE EDUCADORES DA ESCOLA CIDADÃ

A educação problematizadora é fundada na criatividade e nas práxis emancipatórias, isto é, em busca da transformação da realidade, defendendo assim, uma “formação permanente” do educador popular, (FREIRE, 2001, p.12, apud PAULO, 2011, p. 60). A prática de refletir é defendida pelo autor: “A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática.” (FREIRE, 2001, p. 37). Neste sentido, ao priorizar o ensino de qualidade, a Escola Cidadã instituiu uma política de formação permanente para seus educadores.

Tal política optou por priorizar a formação em serviço. As ações (seminários) de formação colocam ao alcance da rede de ensino as pesquisas e discussões pedagógicas mais inovadoras no Brasil e no mundo (AZEVEDO 2000). O espaço para a socialização teórico-prático das experiências que os educadores vivenciam na Rede, é no Seminário Nacional. São palavras de Azevedo:

Como forma de socialização, discussão e difusão da Escola Cidadã, temos uma política editorial com diversas publicações que, além de publicar as inovações da pesquisa acadêmica, fundamentalmente edita a prática e as reflexões teóricas de nossos educadores e assessores, abrindo, abrindo espaço para os nossos principais atores e autores, inclusive os alunos. (AZEVEDO, 2000, p. 132).

A valorização dos profissionais docentes, ou não, é um dos pontos mais priorizados. Além das ações citadas, realiza-se eventos temáticos e encontros de formação regionais, contando, também, com a participação da assessoria nos espaços de formação das escolas. Porém, o educador deve lutar pelos direitos seus e de seus educandos toda vez que estes forem ameaçados.

A educação Popular como prática da liberdade (Freire), tem na luta dos/as educadores/as populares, compreendida como ação cultural e social para a emancipação humana a partir do engajamento dos sujeitos, um caminho de possibilidade para o empoderamento das classes populares em prol de um novo projeto de sociedade. (PAULO, Fernanda, 2011, p.65).

Entretanto, há alguns desafios a serem superados: alguns profissionais carecem de aspiração de consciência cidadã, assim como persistem outras dificuldades relacionadas ao trabalho coletivo. Contudo, estas ações em prol de uma educação que liberte e que conscientize os educandos, foram realizadas no governo

popular. Os governos que sucederam a prefeitura de Porto Alegre não compartilham desta visão em sua plenitude. Muitos têm sido os embates, por parte dos educadores. Dias, realmente, muito difíceis, vivemos atualmente. Dias de retrocesso. A educação, uma das áreas que os governantes deveriam olhar com prioridade, é historicamente a primeira a sofrer com cortes de verbas e com a desvalorização dos educadores e profissionais da área. Na próxima subseção me aprofundarei nesta questão, que há alguns poucos anos atrás nos pareceria surreal.

5.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO ATUAL DE PORTO ALEGRE

A retirada de direitos, conquistados com muita mobilização dos movimentos populares, está virando rotina. Na esfera municipal, Porto Alegre vive um momento que há muito não vivia. Para estes governos, a educação é a primeira a ser atacada. Entretanto, em meio a políticas de retrocesso, desvalorização dos professores, da educação pública de qualidade e das classes populares, a luta pela permanência dos direitos dos cidadãos ecoa. Freire nos diz que é preciso mudar e nos mostra o caminho ao referir-se a mudança:

[...] mudar é difícil mas é possível para organizar-se e programar suas táticas de luta. Uma dessas táticas, por exemplo, é a ênfase na compreensão fatalista da realidade que despolitiza os fatos, a educação e erige o destino ou a sina como sujeitos da História. Os que decidem pela transformação da realidade da mesma forma precisam organizar suas táticas em coerência com sua estratégia, quer dizer, com seu sonho possível ou sua utopia. (FREIRE, 2000, p. 43)

Sonhar e ter esperança faz parte da luta, sem estas não teríamos consciência de que o que está posto pode mudar. Sobre isso o autor afirma que o/a educador/a tem que ter: “(...) a necessidade da certeza por parte dela ou dele de que mudar é difícil mas é possível.” Para tanto não devemos nos calar frente imposições antidemocráticas. (Freire, 2000, p.43).

No dia 20 de julho de 2017, um dos jornais mais conceituados da capital dos gaúchos veiculou a seguinte notícia:

Notícia geral

Prefeitura de Porto Alegre restringe Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Novas vagas serão ofertadas apenas no Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET) Paulo Freire



Mudança vale apenas para novas matrículas | Foto: André Avila / CP / Memória

Fonte: Correio do Povo, 20/07/2017

De acordo com a notícia, a SMED passaria a ofertar novas vagas para a Educação de Jovens e Adultos somente no Centro Municipal de Educação Paulo Freire, sendo que a escola tem capacidade para aproximadamente 1000 educandos. A notícia (Correio do Povo, 2017), classificada pela pesquisadora da EJA do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pucrs, Mônica de La Fare, decreta a morte da modalidade. Entretanto, após repercutir negativamente e também com a pressão da comunidade escolar, a SMED anulou a decisão. Todas as escolas poderão realizar novas matrículas de educandos da EJA. A medida vista como drástica pela comunidade, foi também imposta sem consulta, nem diálogo prévio com educadores, educandos e sindicato. A medida, se vigente, desrespeitaria como sujeito o educando da EJA, que organiza seu cotidiano previamente para trabalhar e estudar. Tal fato me remete as palavras de Freire, quando em uma entrevista, falava sobre a experiência do exílio:

Exílio que resultou da compreensão teórica da educação como ato político, da educação como processo de conhecimento, da educação democrática fundando-se no respeito ao educando, à sua linguagem, à sua identidade cultural de classe, da explicação teórica da defesa da educação que desoculta, que desvela, que desafia; exílio que resultou sobretudo da posta em prática de uma tal compreensão da educação. (FRERE, 2006, p. 60-61).

Somos nós, educadores, enquanto corpo docente da escola, que iremos acolher os educandos ao retornarem a este espaço, um espaço criado, pensado, desenvolvido para que os educandos sintam-se pertencentes à comunidade, ao bairro e à cidade que eles residem. Para que isto ocorra, a prática reflexiva do educador deve ser constante: uma prática pedagógica pensada e sistematizada que mostre aos educandos que a escola pertence a eles, que eles são sujeitos, que são cidadãos. Na seção que segue, me aproximarei dos componentes apontados por Freire para a formação de professores.

6 FORMAÇÃO POLÍTICA NA EJA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 1996, p.25).

As profissões, de um modo geral, demandam um saber específico. É na constante repetição que os saberes se confirmam ou se reestruturam. Em ambos os casos, a reflexão crítica se faz necessária como “uma exigência da relação Teoria/Prática” (FREIRE, 1996, p.12). Alguns destes saberes são indispensáveis à prática educativa-crítica, estes conteúdos necessariamente devem ser exercitados durante a prática formadora. Freire, em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, explica as razões para analisar e discorrer sobre a prática pedagógica do professor em referência à autonomia dos educandos, o ser e o saber. Ressalta que o educador precisa respeitar o conhecimento prévio de seus educandos, o qual, para o autor, é o “saber de experiência feito”. (FREIRE, 1996, p.31)

Paulo Freire defende que o ato de educar deve ser ético e o educador deve buscar essa ética, a qual ele chama de “ética universal do ser humano. O autor conceitua esta ética através das seguintes palavras:

Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que, infiéis ao meu pensamento, me apontarão como ingênuo e idealista. Na verdade, falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como falo de sua natureza constituindo-se social e historicamente não como um “a priori” da História. (FREIRE, 1996, p. 10).

Para o autor, esta ética é imprescindível e deve se evitar que ocorram “transgressões” dos princípios da mesma. Neste sentido, a ética conceituada por Freire é um processo com implicações fundamentais e que é inerente ao ser humano. O autor ressalta que somos sujeitos condicionados, porém, não determinados, e que a história é um tempo de possibilidade e não de determinismo. Freire (2000, p.10)

Ao sinalizar que não há docência sem discência, o autor nos leva a refletir sobre a prática pedagógica em si e nos desacomoda. Um dos saberes fundamentais, ao educador, é que ele se assumia “[...] como sujeito também da

produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2000, p.12), como veremos na próxima subseção.

6.1 FORMAÇÃO PARA DOCÊNCIA SEGUNDO PAULO FREIRE

Ao retomar a ideia de que “não há docência sem discência”, Freire afirma que o educador não é superior ao educando e que seu conhecimento não o torna melhor ou mais inteligente, e que, assim como o educando, ambos encontram-se em um processo de construção da aprendizagem. O educador que desenvolve em si um caráter curioso, pesquisador, que busca o conhecimento, assimilando-o criticamente orienta seus educandos a seguirem essa metodologia, fazendo relações com os saberes adquiridos em seu meio social e na realidade de suas vidas. De acordo com Freire (1996, p.14), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Porém, o buscar, o pesquisar e compreender, os quais o autor se refere, só acontecerá se o educador souber pensar.

“Ensinar inexistente sem aprender, e vice-versa.” (FREIRE, 1996, p. 12). Como seres humanos que somos, nossa curiosidade nos impulsiona de tal modo que nos sentimos cada vez mais sedentos do “aprender”. Ensinar exige respeito, aceitar os desafios enquanto transformador, enquanto engrandecedor. Ensinar requer que o educador rejeite qualquer tipo de discriminação, separação de classes, raças ou gêneros. Ensinar, para Freire, é ter certeza de que somos seres inconclusos, inacabados, de que não somos seres determinados, mas sim condicionados. E cientes desse condicionamento, podemos interferir na realidade para modificá-la. Ensinar requer, acima de qualquer coisa, respeito pela autonomia do educando. Respeitar o educando e sua autonomia não é de forma alguma um favor que concedemos uns aos outros. São palavras de Freire:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que "ele se ponha em seu lugar" ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 1996, p. 25).

Portanto, ensinar exige que o educador tenha respeito pelo educando em todas as dimensões de se ser, seja ele criança, jovem ou adulto. Assim, “O inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos.” (FREIRE, 1996, p.24).

Ensinar requer do educador bom senso, entender as condições de existência, reconhecer e valorizar que seus educandos possuem “conhecimentos de experiências feitos”. Respeitar o educando, a sua dignidade, as suas origens e singularidades. O educador, ao avaliar, não deve exigir que seus educandos tenham assimilado de forma igual os conhecimentos, pois cada um possui um “saber de experiência feito” que os torna seres singulares em construção.

Ensinar exige respeito, também, à condição do educador. Freire trata essa questão abordando que até mesmo a luta por salários mais dignos, mais justos, é um dever e não, só, um direito. Do ponto de vista Freireano, este também é um ato pedagógico, um ato, que faz parte da prática pedagógica.

Freire nos lembra que ao respeitar o educando e sua autonomia, precisamos ser humildes e tolerantes, não cabendo ao educador, ao não ser valorizado, fazer sua prática desinteressadamente. O ato de ensinar exige também que o educador tenha clareza das dimensões que definem a prática educativa. Somos capazes de aprender social e historicamente, não somente a fim de nos adequar, mas para, acima de tudo, sermos capazes de transformar a realidade. Na prática docente é necessário considerar a dimensão artística, moral e política, sua relação com o meio, assim como o seu caráter subjetivo no que diz respeito a nossos medos, anseios e frustrações, Freire (1996).

Ensinar requer alegria e esperança à prática educativa, esperança de que educador e educandos compartilhem de aprendizados e ensinamentos igualmente. Ensinar exige, para Freire, um pensar otimista indispensável à prática docente, saber que apesar do cenário desanimador “mudar é difícil, mas é possível”. Somos parte integrante do mundo e isto implica decidir, escolher e intervir na realidade. Segundo Freire (1996, p. 30) não podemos “estudar por estudar”, é preciso questionar “Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?”.

Educar exige de ambos, educador e educando, assumir uma postura epistemologicamente curiosa. Contudo, é preciso que nossa curiosidade tenha

limites, respeitando a privacidade dos demais. Temos o direito e o dever de ser curiosos. Quanto ao exercício da curiosidade, o autor reforça e nos lembra que:

A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de “tomar distância”, [...], de “cercar” o objeto ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar, de perguntar. (FREIRE, 1996, p.33).

Para Freire, ensinar exige pesquisa, exige que o educador esteja sempre atento e buscando inovar a sua prática constantemente. Segundo o autor “Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” (FREIRE, 1996, p. 14). Ensinar exige criticidade a partir do saber de pura “experiência feito” que ao sofrer intervenção dos “procedimentos metodicamente rigorosos” supera essa curiosidade ingênua, passando a ser uma curiosidade criticiza, ou epistemológica, Freire (1996, 1996, p.15). Na subseção seguinte, tratarei acerca dos desafios de formar educadores crítico-reflexivos.

6.2 DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES CRÍTICO-REFLEXIVOS EM FREIRE

Sabe-se que historicamente, a educação e os profissionais envolvidos com ela, não são valorizados como deveriam ser pela sociedade. As condições de trabalho, remuneração, e, atualmente, a segurança dos docentes nos espaços escolares são questões que, apesar de inúmeras vezes reivindicadas, ainda fazem parte da luta dos docentes. Todavia, um dos maiores desafios na formação destes profissionais é: como desenvolver o pensamento crítico-reflexivo nos educadores? Freire nos direciona:

[...] o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formado. (FREIRE, 1996, p. 17)

De acordo com o autor, refletir criticamente sobre a prática docente a tornará próxima de uma prática mais satisfatória. Para isto, o distanciamento no ato reflexivo torna-se fundamental. Outro desafio encontrado na prática docente é tornar a prática com um “quê” de novo, para que o ensino não se torne repetitivo. Para isto, é

necessário ao educador uma formação constante. Freire (1996, p. 21) afirma: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.” É fundamental ao debate ter a clareza de que é durante a formação que nos construímos docentes.

Deste modo, ensinar requer, do docente em formação, uma dialogicidade entre teoria e prática. O educador comprometido com sua docência não fala somente sobre assuntos pertinentes como: sustentabilidade, seus atos são seus exemplos. Freire, com suas palavras, nos diz que: “O meu discurso sobre a Teoria deve ser o exemplo concreto, prático da teoria.” (FREIRE, 1996, p. 21). Para o autor, o docente tem um compromisso político: “O mundo não é. O mundo está sendo.” (FREIRE, 1996, p. 30). Apresentar ao educando, por meio do conhecimento, que a realidade em que ele vive pode e deve ser mudada, e que ele é um sujeito capaz de intervir, é um dos incríveis instrumentos que os docentes possuem: “Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente.”, (FREIRE, 1996, p. 30).

6.3 OS DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA CRÍTICA-REFLEXIVA

Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, diz que: “só quem pensa certo, é quem pode ensinar a pensar certo” e que uma das premissas para pensar certo é “não estarmos demasiados certos de nossas certezas.” (FREIRE, 1996, p. 14). A prática docente crítica, que segundo Freire é “implicante do pensar certo” requer um movimento entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O pensar certo produz o que o autor chama de “saber ingênuo”, “um saber de experiência feito”. O pensar certo que suplanta o ingênuo precisa ser “[...] produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador”, (FREIRE, 1996, p.17).

A prática pedagógica, no recorte regional inicial deste trabalho, atualmente encontra-se num cenário onde os maiores desafios estão relacionados com a perda de direitos dos educadores e a reformulação das rotinas nas escolas municipais. É notório e público as dificuldades que os educadores da rede municipal de Porto Alegre vêm enfrentando com o governo atual. Fatos que vão desde a falta de consulta aos docentes, nas questões escolares, até o parcelamento de seus salários. Para que a formação dos docentes seja continuada, a questão salarial ainda é um desafio. De acordo com o Freire (1996) ao voltar a si mesma, a partir da

reflexão sobre a prática, que a curiosidade ingênua percebe-se como tal, torna-se crítica. Para o autor, este é um momento fundamental, e ressalta:

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. (FREIRE, 1996, p.18).

Certamente, estes são grandes desafios ao educador que reflete sobre sua prática pedagógica. Outro desafio do educador crítico é planejar. Um educador crítico-reflexivo deve fazer anotações, diários de classe a fim de servirem como material de análise e pesquisa para seus futuros planejamentos. Para Freire o ensino não pode se distanciar da pesquisa, pois eles “se encontram um no corpo do outro.” Segundo ele “Pesquisa para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” (FREIRE, 1996, p. 14).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso desejo compartilhar algumas das minhas ansiedades ao longo desta pesquisa. Muitos foram os momentos de reflexão acerca dos pressupostos da Escola Cidadã - Escola que forma Cidadãos. No decorrer deste estudo constatei que há pouco material científico publicado nas plataformas de pesquisa sobre o tema, o que me desacomodou no sentido de que, *a priori*, é na escola que nos formamos cidadãos, independentemente do tempo que a frequentamos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul propicia a seus estudantes três práticas pedagógicas e um estágio. São momentos únicos, de muito aprendizado, nos quais são colocados em prática os conhecimentos adquiridos até o momento. Assim, tive a oportunidade de realizar quase todos os meus trabalhos, com exceção de uma prática, em uma escola municipal desta cidade, a Escola Municipal de Ensino Fundamental da Vila Monte Cristo, em Porto Alegre. De início, uma das características que saltam aos olhos é o acolhimento por parte da direção da escola, deixando seus estagiários extremamente à vontade para realizarem tanto as práticas quanto o estágio obrigatório.

Foi nesta escola, mais precisamente durante o estágio, que me vi intrigada acerca da formação da cidadania nos educandos. Tal questionamento serviu-me como um disparador para realizar esta pesquisa. Deste modo, e com a orientação do Professor Dr^o. Jaime José Zitkoski, iniciei a presente pesquisa. Foi possível constatar, a partir da pesquisa realizada, que as escolas municipais da cidade de Porto Alegre, por apresentarem concepção de ensino democrático, fortemente enraizada nas perspectivas pedagógicas Freireanas, que “teoricamente” a Escola Cidadã possui em sua Proposta Político Pedagógica (CADERNOS PEDAGÓGICOS nº 9, 1998), possuem meios para formar cidadãos conscientes.

Entretanto, verificou-se ao longo deste trabalho, que a proposta original está sendo desconstruída pelo atual governo. Decisões tomadas sem a prévia consulta a comunidade escolar, a retirada de direitos dos docentes e a crescente desvalorização destes profissionais são algumas das medidas adotadas pela prefeitura, que claramente tenciona o desmantelamento das Escolas Cidadãs da cidade de Porto Alegre. Ao longo da pesquisa e seus desdobramentos, outros questionamentos surgiram no que diz respeito a:

- Quais os métodos utilizados pelos docentes para que, de fato, os sujeitos se reconheçam como cidadãos?
- A reflexão docente seria uma ferramenta na busca deste objetivo?
- Quais as possibilidades que emergem, no momento atual, de continuidade da proposta original seguir vigorando?

Estes, são questionamentos que ficam para uma pesquisa com maior aprofundamento acerca deste tema.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clóvis de. **Escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2000.

BORGES, Liana. **Trinta anos de Educação de Jovens e Adultos em POA, certamente uma das políticas públicas dirigida às pessoas acima de 15 anos mais longevas do país.**

Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/trinta-anos-de-educacao-de-jovens-e-adultos-em-poa-certamente-uma-das-politicas-publicas-dirigida-as-pessoas-acima-de-15-anos-mais-longevas-do-pais-por-liana-borges/>>. Acesso em: 29/12/2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CARMONA, Talita. **A Cidadania no Brasil**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-cidadania-no-brasil/44884>>. Acesso em: 28/11/2017.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. Grupo Record RS. 2017-. Diário. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/7/623512/Prefeitura-de-Porto-Alegre-restringe-Educacao-de-Jovens-e-Adultos-EJA>>. Acesso em: 30/12/2017.

CUNHA, Aline Lemos da. Algumas reflexões sobre os sujeitos da educação de jovens e adultos. In: GODINHO, Ana Claudia Ferreira; SOUZA, Denis Nicola Froner de; FISS, Dóris Maria Luzzardi; DRESCH, Nelton Luis; Organizadores. **Entre imagens e palavras: práticas e pesquisas na EJA**. Porto Alegre: Editora Panorama Crítico, 2012.

CURY, C. R. Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

EDITORA SARAIVA. **Vade Mecum Saraiva** [compacto]. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 17ª Ed. São Paulo, 2017.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho: conversando sobre o tema com professores de EJA. In: GODINHO, Ana Claudia Ferreira; SOUZA, Denis Nicola Froner de; FISS, Dóris Maria Luzzardi; DRESCH, Nelton Luis; Organizadores. **Entre imagens e palavras: práticas e pesquisas na EJA**. Porto Alegre: Editora Panorama Crítico, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967 (32ª impressão).

GOHN, Maria da Glória. Educação Popular e Movimentos Sociais. In STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Tereza; Organizadores. **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2013.

HOFF, Márcio. Educação popular e o MST: dilemas entre práticas educativas e o trabalho cooperativo. In: ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter; Organizadores. **Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimento Metodológico na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, Florianópolis, n. 10, p. 37 – 45, 2007.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PAULO, Fernanda. Formação de educadores/as populares para além do capital. In: ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter; organizadores. **Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, Ed. Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.

PETRÓ, Vanessa. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO SE CONSTITUI A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO ACESSO E/OU NA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA ESCOLA?**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116476/000964564.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29/12/2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Cidadania na Grécia: “o coração da invenção política”**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/cidadania-na-grecia-o-coracao-da-invencao-politica/18798>. Acesso em: 14/11/2017.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. **Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da escola cidadã**. 3. ed. Porto Alegre, 1998. (Cadernos pedagógicos 9). Organização e produção textual de Silvio Rocha.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina: Perspectivas no Atual Contexto. In: ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter; organizadores. **Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, Ed. Companhia Rio-grandense de Artes Gráfica (CORAG), 2011.